

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XXVIII*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1989

O TEÓNIMO *VASEGVS*

«Gonimbriga», XXVIII (1989), p. 121-156

**RESUMO:** Um pequeno, mas verdadeiramente interessante monumento epigráfico — uma *arula* descoberta em Some (distrito de Coimbra) no ano de 1825 e registada por Hübner (*C.I.L.* II 363) em 1869 — foi recentemente detectado nas reservas arqueológicas da Academia das Ciências de Lisboa. Tornou-se assim possível proceder a uma observação directa da peça, corrigindo-se a leitura apresentada por Hübner e fixando-se a forma do teónimo: *VASEGO* (dat.).

No presente artigo, depois de recordar as circunstâncias do achado, o autor revê uma a uma as diversas opiniões, já publicadas, relativas à interpretação da epígrafe e respectivo teónimo (Hübner, Steuding, Leite de Vasconcellos, Holder, Toutain, Keune, Heichelheim, Blázquez, Encarnação, Alarcão), apresentando depois uma descrição objectiva do monumento e consequente leitura do texto nele gravado, baseadas numa análise minuciosa do próprio original. Em seguida sugere e discute algumas hipóteses possíveis quanto ao significado etimológico do teónimo, acabando por considerar como mais provável a que relaciona *Vasegus* com o ide. \**uesu*, 'bom'. Por fim, indexa várias razões que, conjugadamente, o levam a atribuir a *arula* a um período compreendido entre finais da primeira metade do séc. III e inícios do séc. IV d.C..

**SUMMARY:** A very interesting, although small, epigraphic monument — an *arula* unearthed at Soure (district of Coimbra) in 1825, and described by Hübner [*C.I.L.* II 363) in 1869 — was recently identified as part of the archaeological fund of the Academia das Ciências de Lisboa. This offered an opportunity for reexamination, which allowed to correct the Hübner's reading, and to fix the form of the theonym: *VASEGO* [dat.).

In the present paper, after remembering the circumstances of discovery of the piece, the author proceeds with a separate review of the different opinions on the contents of the inscription (Hübner, Steuding, Leite de Vasconcellos, Holder, Toutain, Keune, Heichelheim, Blázquez, Encarnação, Alarcão), and presents the analytical study of it, based on direct close scrutiny. Thereafter, some hypotheses on the etymological meaning of the theonym are discussed, that relating *Vasegus* to IE. \**uesu*, 'good', being accepted as the most probable one. Finally, reasons are advanced for the attribution of the *arula* to the period from the late first half of the 3rd century to the early 4th century A.D.

(Página deixada propositadamente em branco)

## O TEÓNIMO *VASEGVS*

«La primera tarea será (...) obtener entradas que sean dignas de confianza para el léxico de teónimos en el cual fundaremos nuestras conclusiones: hay que recoger un núcleo de elementos seguros aunque sean de número muy reducido, y esta tarea se cumple en dos pasos: la verificación definitiva de lo que se lee — o no se lee — sobre las piedras disponibles a nuestro estudio directo, y la interpretación de los textos establecidos para asegurar que contienen teónimos y para fijar la forma de ellos y su posición sintáctica dentro de frases inteligibles en su totalidad» (Untermann, 1985, pp. 343-344).

Assim se exprimiam recentemente Untermann, fazendo aliás eco de preocupações hoje em dia generalizadas entre a maioria dos investigadores que se dedicam ao estudo da antiga onomástica hispânica e agindo, afinal, na esteira das insistentes e lúcidas recomendações que, naquele mesmo sentido, desde há quase duas décadas nos têm vindo a ser sugeridas — e pessoalmente postas em prática — por Albertos Firmat (1972, p. 2; 1975b; 1977; etc.) (1).

Esta problemática abordámo-la já nós próprios ao relegar em definitivo da série de teónimos hispânicos a pretensa divindade \**Aponianicus Poliscinius*, com base na análise de amplicópias efectuadas a partir de um antigo negativo fotográfico, o que

9) Não queremos deixar de prestar aqui homenagem a M.<sup>a</sup> Lourdes Albertos Firmat, que tão prematura e inesperadamente nos deixou, mas cuja presença continua a fazer sentir-se por virtude de uma vasta obra de constante e imprescindível referência, fruto da mais sólida erudição aliada a uma persistente e continuada pesquisa prática, e cuja actuante vitalidade decerto perdurará ainda por largos anos.

proporcionou a correcta reinterpretação da epígrafe apesar de o respectivo original se ter entretanto perdido (Cardim Ribeiro, 1987).

Vimos, agora, tratar de urna outra árula considerada como desaparecida e de igual modo portadora de um hipotético teónimo de origem pré-latina. Só que, desta vez, conseguimos reencontrar o monumento em si, e foi-nos dado confirmar, na essência, as anteriores leituras de sua invocação: *VASEGO*. O que, todavia, não impediu que constatássemos a necessidade de alterar, em certos pontos, a versão do texto que tem sido divulgada (*C.I.L.* II 363; Leite de Vasconcellos, 1905, p. 314; Blázquez, 1962, p. 113; *I.L.E.R.* 948; Encarnação, 1975, pp. 296-297). Não nos furtámos, também, a tecer algumas considerações sobre o eventual significado etimológico do teónimo, bem como a datar o monumento com relativa aproximação. Antes, porém, entendemos oportuno expor — ainda que concisamente — a história da peça desde a sua descoberta até à actualidade e, em simultâneo, inventariar os autores que sobre ela se debruçaram.

\*

\*\*

Luiz de Mello Tocho encontrou a presente árula em 1825, na Quinta da Madalena, propriedade localizada numa colina sobranceira à margem esquerda do rio Anços, a SW. da vila de Soure (distr. de Coimbra) [Fig. 5]. Tendo, mais tarde, chegado à posse de Canaes de Figueiredo Castello Branco, foi por este convenientemente divulgada através de comunicação proferida em 1849 na Academia Real das Ciências de Lisboa, vindo esse apontamento — do qual extraímos as notícias acabadas de referir — a ser publicado dois anos depois (Castello Branco, 1851, pp. 53 ss.). Ainda que a interpretação da epígrafe ali adiantada se revele, no seu todo, destituída de sentido, e que a sua própria leitura contenha incorrecções, possui o artigo de Castello Branco o mérito não só de dar pela primeira vez a conhecer a árula em causa e de indicar as respectivas condições de descoberta, mas também o de incluir, em anexo e sob desenho de Bartholomeo Maria d'Almeida, uma gravura que representa o monumento em tamanho natural

e — atendendo à época — com rara fidelidade paleográfica, registando mesmo, a par de alguns naturais equívocos, certos pormenores de real interesse que escaparam aos subsequentes comentadores (e que, como veremos, se revestem da maior importância para uma cabal compreensão do texto); aliás, aquela gravura mereceu desde logo uma divulgação singularmente alargada, conforme podemos constatar ao encontrá-la reproduzida nos *Proceedings Soc. Antiq. London* [1849/53, p. 46 (cfr. *C.I.L.* II, p. 813)].

Jordão (1859, pp. 107 e 327, n.º 241) apresenta esta epígrafe, no seu deplorável *corpus* (2), a partir da leitura de Castello Branco e recheada da mais caótica pontuação. Pouco depois, em 1861, Hübner observa directamente a árula na Academia das Ciências (em cuja colecção fora integrada), analisa um molde da mesma, e dos resultados obtidos dá conta à Academia de Berlim através de um relatório, de que possuímos tradução portuguesa publicada (Hübner, 1871, p. 57); aí surge-nos, pela primeira vez, uma leitura e uma interpretação quase correctas da epígrafe, pouco depois aperfeiçoadas in *C.I.L.* II 363:

*B{ene} MER(ito)[VASECOIMARI/NIANVIF\$ ANIM/O LIBE/S  
PONO I MER(enti) / MA(xime) //.*

Porém, como refere Hübner, «lectio certa est», «interpretatio incerta». E, de imediato, acrescenta: «Nisi *B* littera prima certa esset, *d(eum) Mer(curium) Vasecum* facile admitterem». Por sua vez nos índices (p. 1126, Vili, col. 2) sugere, a par da expressão *b(ene) mer(itus) Vasecus* — que apresenta interrogada —, uma hipotética formação teonímica \**Bmervasecus*, para a qual de novo remete mais à frente quando, na letra F, indexa a singela forma *Vasecus* (p. 1130, col. 2).

Alheio às várias opções filológicas que a partir daí se viriam a tomar, Pinho Leal (1880, IX, p. 432) limita-se a transcrever a epígrafe a partir da primeira versão de Hübner (1871), mas, por manifesto descuido, proporciona-nos então três novos equívocos. De facto, aplicando ao monumento de Soure a ficha de entrada que

(2) Levy Maria Jordão «melius fecisset si librum suum omnino non scripsisset» [*C.I.L.* II, p. XXV).

Hübner, no parágrafo anterior do seu texto (p. 56), refere quanto a *outra* árula (*C.I.L.* II 337 = *I.L.E.R.* 454), proveniente de Monte Real/Leiria, afirma Pinho Leal ter sido aquele descoberto em 1807 e conservar-se, não na Academia das Ciências, mas na Biblioteca Pública de Lisboa (erro este, aliás, em que cáira já o próprio Hübner, in *C.I.L.* II 363; cfr. ainda Dias, 1901-1903, p. 46); para mais, julgando serem letras as barras com que então Hübner rematara a inscrição, ao supô-la incompleta, acrescenta-lhe à última linha quatro //, conferindo-lhe um desajustado final de cariz numérico: *MA.IIII*.

Pouco depois surge-nos a curta nota de Steuding (1884/86), o qual cita *\*Bmervasegus* [com -g- ] como teónimo celta e, pela primeira vez, propõe interpretar o respectivo *B* inicial como «provável» abreviatura de *Ban*, que considera prefixo de *Bandua* \ o paralelo que então evoca com *\*Bcantunaeus* (*C.J.L.* II 861; Blázquez, 1962, p. 208), revela-se hoje e em si mesmo por completo impossível (cfr. o. g., Albertos Firmat, 1975a, p. 58 n. 61; Blázquez, 1975, p. 52 col. 2; Untermann, 1985, p. 354).

Leite de Vasconcellos (1905, pp. 313-314), por seu turno, cinge-se a reproduzir as opiniões e a leitura de Hübner, a partir do *C.I.L.* II (3), e a interrogar-se quanto à verdadeira forma do teónimo. Todavia, afirma ter visto a árula no Museu da Academia das Ciências — e não na Biblioteca Nacional—, referindo as suas principais dimensões; nota ser este um dos menores monumentos do tipo conhecidos em território português [já Hübner (1871, p. 57) o designara como «ara portátil»], e chama ainda a atenção para «o sufixo *-ecus*, que nessa forma ou formas *-aecus* e *-aicus*», verificara ser comum a múltiplos nomes de divindades hispânicas. Dois anos mais tarde Holder (1907, III, col. 116) limita-se, de novo, a transcrever o texto inserto no *C.I.L.* II, decompondo o teónimo em *Vase-cus*.

Segue-se Toutain (1920, III, pp. 125, 162 e 166) que, ao longo de um capítulo deveras infeliz da sua obra capital (4), começa por hesitar entre *Vasecus* e *Bmervasecus* — destacando, aliás, o texto

(3) Apenas difere na última linha, que interpreta *Max(imo)* em vez de *Max(ime)*.

(4) Cfr. LEITE DE VASCONCELLOS, 1922 (= 1938, pp. 131-172).

em causa como paradigma da dificuldade de interpretação observável em algumas inscrições peninsulares contendo teónimos de origem pré-latina —, e opta, depois, pela segunda forma. Confundindo até certo ponto anteriores opiniões, afirma então (p. 162 n. 6) que certos autores «pensent que *B* est peut-être l'abréviation du mot *Bandua*, fréquent dans les noms divins de la Lusitanie, et que le groupe *MEB* est une abréviation de *Mercurius*» — o que nos parece permitir determinar que Toutain suporia algo como *B(andua) Mer(curius) Vasecus*; todavia, mais à frente (p. 166), explicita de modo diverso a sua ideia: *B(andius) Mervasecus*, que põe em paralelo com *\*B(andius) Cantunaecus* e, até, com *\*B(a?idia) Elona*<sup>(5)</sup>, defendendo ainda a equivalência entre o tema *band-* e o latim *dominus* e adiantando assim, em consequência, uma interpretação do tipo *Dominus Mervasecus* [e *Dominus Cantunaecus* e *Domina Elona*], comparável a *Deus Dominus Cusuneneaecus* ou a *Domina Turibrigensis Adaegina*.

Coube a Keune (1924-37) estabelecer um breve mas exacto resumo da situação: apresenta *Vasecus* como presumível nome de um deus local, descreve a árula — não deixando de assinalar os principais dados relativos ao seu achamento — e indica alguma da bibliografia entretanto publicada. Confirma (como já fizera Hübner) a leitura do *B* inicial, afastando pois, mais uma vez, a hipótese *D(eo) MER(curio)*; não deixa, porém, de assinalar a eventual viabilidade de interpretações diversas da de *Vasecus*, nomeadamente *Bmervasegus* e *B(andua) Mervasegus*. Afirma ainda que o sufixo *-ecus* denuncia a origem «ibérica» (isto é, hispânica) do teónimo.

Nova síntese, sobretudo bibliográfica, vamos encontrar em Heichelheim (1931). Aqui, no entanto, dois factos são incorrectamente tratados: (1) a proveniência da árula, dada como «von Collippo bei Santarém»; (2) a atribuição a Leite de Vasconcellos da tese que vê no *B* inicial uma alusão ao prefixo «ibérico» *band* e sua aproximada correspondência ao latim *dominus*. Seja como for, julga incerta qualquer das interpretações até então adiantadas quanto à verdadeira forma do teónimo, posição que de certo modo continua a

(5) *Bel(l)ona* [!!] — Cfr., todavia, GARCÍA Y BELLIDO, 1967, pp. 68-69.

manter, mais tarde (Heichelheim, 1955), ao designar *Vasecus* como «segunda parte» do nome da divindade «ibérica» *M er vasecus*; o que não o impede de aproximar então *Vasecus* de *Vassocales*, relacionando ambos com a raiz céltica *vasso-s*, «jovem», «servo».

Fora de todo este contexto erudito surge-nos Conceição (1942, pp. 9-12), um autor local que, ao escrever a monografia de Soure, reproduz e considera em paralelo a leitura de Castello Branco e a primeira de Hübner — as quais, aliás, não deixa de apresentar com algumas deturpações —, transparecendo dos comentários adiantados a sua íntima aderência aos fantasiosos raciocínios do velho académico, em prejuízo do mais elementar rigor científico. Para mais, e talvez influenciado por Pinho Leal — que, todavia, não cita —, apresenta, em absoluta contradição com o texto mas como se efectivamente figurasse a árula de Soure, uma fotografia da árula de Monte Real (*C.I.L.* II 337), monumento este que, como vimos, permanece conservado na Biblioteca Nacional [=Bibliotheca Publica] de Lisboa (cfr. Alarcão/Delgado, 1969, pp. 82-85, n.º96).

Ainda por esta época — e sem pretendemos esgotar todas as eventuais referências, mas apenas fornecer uma amostragem significativa — encontramos algumas passageiras citações à divindade em estudo, sob a forma *Vasecus*, por exemplo num texto de Tovar/Navascués (1950, p. 185) e noutro de Menéndez Pidal [1951 (cfr. edição de 1968, p. 264)].

Mais tarde, Saa (1959, pp. 203-204), depois de classificar a versão da epígrafe dada por Castello Branco como própria de um «erudito imaginoso que, à maneira de Frei Bernardo de Brito, tudo resolveu decifrar... por nada ter decifrado», e depois de assegurar que «Emílio Hübner, porém, repôs a inscrição na pureza literal», acaba por transcrever o texto com novos erros — aliás, idênticos aos de Conceição (p. 11) — e fornece-nos do mesmo uma interpretação/ /tradução absolutamente surrealista, transformando-o numa homenagem «ao benemérito Flavio R. Vaseco»...

Poucos anos volvidos sobre esta derradeira 'boutade' acerca do monumento em análise, Blázquez (1962) inaugura, com a sua obra, uma nova e frutuosa era nos estudos das religiões primitivas da *Hispania*. Porém, nem ele nem a maioria dos autores subsequentes parecem fazer grande caso das opiniões expressas por alguns anteriores investigadores, nomeadamente os que se encontram

ligados às enciclopédias de Roscher e de Wissowa; facto que se, de algum modo, empobrece os comentários a certas divindades [entre elas a *Vasegus*], proporciona todavia, em geral, uma maior clareza de ideias. Com efeito Blázquez (*ibidem*, p. 113), ainda que com exclusiva base na interpretação de Hübner (*C.I.L.* II 363)/Leite de Vasconcellos, avança um importante passo: não só define peremptoriamente a forma do teónimo, *Vasecus* (não recorrendo a quaisquer interrogações ou asteriscos), como supõe para ele, atendendo aos respectivos epítetos, «un carácter de dios especialmente bienhechor»; posições que, em estudos posteriores, parece manter (Blázquez, 1975, p. 182, col. 1; 1986, p. 253), ao continuar, sem objecções, a citar aquela forma. Também nas *LL.E.R.*, seguindo de perto a transcrição do *C.I.L.* II, Vives apresenta *Vasecus* como versão indiscutível do teónimo (cfr. *LL.E.R.* 948; e p. 763, col. 1); e Mangas (1978, p. 594; 1982, p. 407) adopta, sem hesitar, a hipótese de Blázquez quanto às propriedades benfazejas da entidade em análise.

Porém, já Encarnação (1975, pp. 296-297), depois de registar, uma a uma, as leituras e/ou principais conclusões de Castello Branco (1851), Hübner (1871 e *C.I.L.* II), Leite de Vasconcellos (1905) e Blázquez (1962), retoma antigas indecisões, concluindo: «\**Vasecus* (...). Tudo é incerto: o nome e os atributos desta 'divindade'». Procurando conciliar as diversas tradições relativas à localização do monumento—«esteve guardado na Academia das Ciências de Lisboa e na Biblioteca Nacional»—, acrescenta ainda terem resultado vãos todos os esforços que empreendeu no sentido de o localizar.

A dúvida tinha, de novo, voltado a instalar-se. Dela fazem eco Albertos Firmat (1975a; 1983, p. 486 = 1986, p. 271) e Untermann (1985), quer omitindo o presente teónimo em séries onomásticas onde o esperaríamos encontrar <sup>(6)</sup>, quer — na melhor das hipóteses — assinalando-o com uma interrogação.

(6) ALBERTOS FIRMAT, 1975<sup>a</sup>, p. 61: «La relación no pretende ser exhaustiva ni definitiva. Se han excluído nombres de divindades que por su estructura o por dificultades de lectura parecían dudosos».

UNTERMANN, 1985, p. 346: «(...) un repertorio de teónimos que deben cumplir dos exigencias (1) estar asegurados por fotografías buenas o por

Encarnação (1987), num artigo de carácter noticioso e divulgador, publica pela primeira vez uma fotografia do monumento; indica então as suas principais dimensões e assinala estar ele dedicado «a uma divindade indígena verosimilmente chamada *Vasecim*. Mais tarde este mesmo autor volta a debruçar-se sobre o teónimo em estudo (Encarnação, 1989, p. 114), que aliás refere acompanhado de interrogação — apesar de afirmar ter tido ocasião de analisar directamente a árula e de a fotografar —, apresentando do texto leitura quase idêntica à de Hübner, mas corrigindo já, na linha 6, *libef* em *lebe*’, e esclarece: «se interpretarmos *b(ene) inerenti*) na linha 1 e considerando *Marinianus* o nome do dedicante, o teónimo será de facto *Vaseco*».

Muito recentemente, Alarcão (1988a, p. 98, n.º 3/166; e 1988b, pp. 158 e 218) refere o teónimo e adianta, para ele e para algumas outras divindades indígenas, uma curiosa interpretação — que, no caso vertente, retoma até certo ponto, mas por diferente caminho, a de Toutain. Diz o autor: «os teónimos únicos correspondem a *genii loci* ou muitos deles não serão, afinal, simples epítetos de divindades nacionais ou regionais ? *Paisicaicus* não deverá restituir-se como (*Banda*) *Paisicaicus* ou {*Cusus*) *Paisicaicus*? *Tabudicus*, como (*Banda*) *Tabudicus* ou {*Reoa*) *Tabudicus* ? *Vasecus*, como {*Banda*) *Vasecus* ? Assim, o número de divindades indígenas seria consideravelmente diminuído; não teríamos muitos deuses nativos, mas muitos epítetos diferentes para um número reduzido de divindades». E conclui: «Como hipótese de trabalho, talvez se devam distinguir os teónimos que aparentam forma adjectivada (como *Paisicaicus*, *Tabudicus* ou *Vasecus*) dos teónimos com forma substantivada, como *Arus*, *Aturros*, *Ilurbeda*, *Lurunis*, *Ocrimira*, etc.. Estes não seriam simples epítetos, simples formas divergentes de uma divindade única; seriam divindades *per se*». Páginas antes (1988b, pp. 155-156) refere *Banda* como uma «divindade masculina», que inclui entre «aqueles deuses e deusas de larga distribuição geográfica (...), *Banda*, *Cosus*, *Iuno*, *Munis* ou *Munidia*, *Nabia*, *Reva*». *Banda* surge-lhe, porém, como um deus de variados

ediciones competentes de monumentos epigráficos que existen en la actualidad; y (2) que la interpretación contextual como teónimo sea impecable».

atributos e funções: como possível «equivalente a Fortuna ou Tutela», na pátera da Coleção Calzadilla; como «divindade tópica, protectora de *vici* ou *castella*», quando aparece com epítetos do tipo *Longobricus* ou *Araugelensis* | como «protectora de unidades familiares ou étnicas», normalmente associada a «epítetos terminados em *-aecus*, *-aicus*, *-aiegus*, *-aeceus*» | talvez mesmo como deus indígena a dada altura — e em dado lugar — «assimilado a *Mercurius* por um fenómeno de *interpretatio*», deus indígena *Mercurius* respectivamente cognominados *Isibraiegus* e *Esibraeus*.

Se a interpretação de Alarcão concretiza, de algum modo, sugestões antes expressas por Untermann (1985, pp. 349 ss.), já as aliciantes e novas hipóteses lançadas por Ferreira da Silva (1986, pp. 295-296) e por Hoz (1986, pp. 36 ss.) nos obrigam, todavia, a encará-la noutra perspectiva. De facto, este último autor, depois de uma aturada e profunda análise de todos os dados disponíveis relativos à presente problemática, conclui (p. 39) «que *Bandue* es probablemente un nombre común del campo religioso lusitano, traducible por 'divinidad' aunque posiblemente con connotaciones más precisas (...); que en una mayoría de casos aparece precisado por un epíteto, en general masculino, a veces femenino». Concretizando, afirma que tais «conclusiones las podemos resumir en un par de ejemplos, *Bandua Lanobrigae* y *Bandua Etobrico*, que provisionalmente traduciremos 'a la divinidad *Lanobriga*' y 'a la divinidad *Etobricus*' | utilizando deliberadamente el término 'divinidad' porque su género femenino tiene un carácter exclusivamente gramatical y puede referirse indistintamente a dioses y diosas». E, mais à frente (p. 41), acrescenta: «podemos añadir a nuestras conclusiones sobre *Bandue* (...) que se trata de una divinidad protectora y tutelar ligada con seguridad a comunidades humanas, aunque tal vez no sea ésta su única esfera de acción. En todo caso se confirma el carácter genérico, no personal, de la apelación *Bandue*, y no necesitamos pensar que todas las dedicaciones a esa advocación se refieran realmente a una misma divinidad; sus aspectos individuales los debemos ver más bien en los epítetos. Alternativamente, no podemos excluir que otras apelaciones generales, latinas o lusitanas, acompañadas de epítetos, reflejen una concepción religiosa similar o idéntica a la que se oculta en el término *Bandue*». E esclarece: «Tal puede ser el caso de las numerosas dedicaciones a un genio o un lar

en singular, como *genio Conimbrica*, *genio Laquiniesi*, *genio Tiauranceaico*, *ZarZ Circeiebaeco Proeineitaeco*, *ZarZ Pemaneieco*, o a Tutela, como *Tutela Bolgensis* o *Tutela Tiriensis*».

Também Ferreira da Silva (op. e Zoc. c.º.º.), ainda que não chegue a desenvolver tanto este tema, formula afinal idênticas conclusões, entendendo a «expressão» *Band-* «como um nome comum equivalente a *deus/dea*, *lar* ou *genius*». Veja-se finalmente, dentro da mesma ordem de ideias, Anderson, 1985, p. 321.

Assim — e voltando ao fulcro do presente estudo, ou seja, à árula de Soure —, se pretendêssemos aproveitar, neste caso concreto, as sugestões de Alarcão, deveríamos forçosamente compatibilizá-las com as de Javier de Hoz e de Ferreira da Silva, e interpretar um hipotético *{Banda} Vasecus* como simples sinónimo de *{Deus} Vasecus*, *vel simile*. E como não recordar aqui, mais uma vez, a proposta de equivalência entre o tema *band-* e o latim *dominus*, defendida já em 1920 por Toutain?

O carácter fundamentalmente teórico e abrangente destas últimas propostas liberta-as, de certa maneira, de um obrigatório confronto com a realidade pontual expressa em *C.I.L.* II 363. Mas o mesmo não sucede com todos os trechos que anteriormente seríamos, os quais incidem sobre a concreta interpretação desta epígrafe. De facto, as dúvidas e incertezas neles expressas — e, por vezes, os equívocos por eles mesmo produzidos e/ou divulgados — nunca poderiam vir a ter solução cabal sem um imprescindível e renovado exame directo da árula e respectiva inscrição; o que ora nos foi facultado pela observação que fizémos do monumento, nas reservas museológicas da Academia das Ciências de Lisboa (peça n.º 245) — donde, afinal, nunca terá saído.

\*

\*\*

Trata-se, efectivamente, de uma pequeníssima mas bem proporcionada — e bem conservada — árula [Est. I ], em calcário oolítico amarelado que Castello Branco (1851, p. 54) afirma ser originário da própria região de Soure. Sobre a respectiva cornija, de chanfro directo, ergue-se um capitel com frontão esboçado sobre o qual se desenvolvem dois toros lisos, ladeando um *fastigium* de que

permanecem demarcados por estreitos mas vincados sulcos [que melhor se notam na face superior (Est. HE)]; a base apresenta-se formada por dois chanfros reversos sobrepostos, também demarcados através de um profundo sulco. O fuste, por completo alisado nas faces laterais e posterior [Est. IA e B, Est. IIB], ostenta, ocupando toda a face anterior — previamente pautada —, uma inscrição constituída por 9 linhas [Est .IB]. Saliente-se que o referido pautado assume, para além da sua imediata função prática, cariz nitidamente decorativo ; de facto, a respectiva gravação apresenta-se firme e bem marcada. O mesmo não sucede com as letras da epígrafe, quase só esgrafitadas; o que, aliás, lhes conferiu maior maleabilidade de traçado, donde hoje resulta um substancial aumento do seu interesse paleográfico [Est. III].

capitel 4,6 cm X 6,9 cm X 6 cm  
 Dimensões: fuste 8,1 cm X 5,1 cm X 5,1 cm  
 base 5 cm X 7,5 cm X 6,7 cm

Gerais :

Campo epigráfico: 8, 1 dmx5, 1 cm

Altura das letras: 0,5 cm/0,6 cm

Espaços entre o pautado: II, 2-8/ : 0,8 cm/0,6 cm; 1.9/ ; 1,2 cm

Texto:

B MER  
 VASE GO  
 MA RI  
 NIANV  
<sup>5</sup> S ANIM  
 OLEBES  
 S PONO  
 MER  
 MA

Desenvolvimento :

*B(ene) MER{enti}\V ASEGO\MARI;NIANV<sup>5</sup>S ANIM/O  
 LERES;S(olvit) PONO / MER(ito)/MA(xime)//.*

## Tradução:

«Ao bem merecedor *Vasegus, Marinianus* de boa vontade cumpriu (este voto); coloco(-o) muito merecidamente».

## Variantes de leitura:

1. 1 : *BMFR* (Castello Branco), *B.M.P.R.* (Jordão, Conceição p. 10) » *BMFR* (Hübner 1871), *BM.F.R.* (Pinho Leal), *B.M.F.R.* (Conceição p. 11, Saa); 1. 2: *VASECQ* (Castello Branco), *V.A.S.E.Q* (Jordão), *V.ASECQ* (Conceição p. 10), *VASECO* (todos os restantes autores, à excepção de Steuding, que opta por *VASEGO*)\ 1. *SiMARI* (Jordão), *MABI* (Conceição p. 11, Saa); 1. 5: *S.AN.I.M.* (Jordão), *SANIN* (Pinho Leal); 1. 6: *OIPBE* (Castello Branco, Conceição p. 10) [mas na estampa de Bartholomeo d'Almeida vê-se, nitidamente, *OIPBES*], *O.IP.BE.* (Jordão), *OLI BE* (todos os restantes autores à excepção de Encarnação 1989, que lê já *OLEBE*, ainda que continue a omitir o *S* final); 1. 7: *S.PONO.* (Jordão), *S.PONO* (Hübner 1871, Pinho Leal, Conceição p. 11); 1. 8: *MER.* (Jordão), *M.E.R.* (Pinho Leal); 1. 9: *M.A.* (Jordão), *MA[...]* (Hübner 1871, Conceição pp. 10/11), *MA.III.* (Pinho Leal); Pinho Leal funde, numa só, as 11. 3 e 4; Conceição p. 10 reúne *Marinianus* numa única linha; nas *I.L.E.B.* juntam-se as 11. 8 e 9.

O texto apresenta-se, de um modo geral, alinhado à esquerda. O natural desgaste provocado pela passagem dos séculos, a leveza com que foi praticada a gravação e o próprio carácter poroso do material de suporte impedem-nos de saber, com segurança, se teriam ou não existido pontos de separação. No entanto, constatamos que se procurou, dentro do possível, fazer coincidir a mudança de palavra com a mudança de linha (6 casos conseguidos num total de 10 palavras e de 9 linhas) e que, nas restantes ocasiões, se praticou quase sempre um pequeno afastamento entre cada palavra. Algumas irregularidades, porém, podem ser igualmente verificadas : a falta de qualquer tipo de separação entre *animo* e *lebes*\ e a existência de espaços no interior de algumas palavras, c. g., em *Vase go*, *Ma rinianus* e *lebes*. Esta última atitude, decerto intencional nos dois casos onomásticos, destinar-se-ia a proporcionar um melhor equilíbrio visual na distribuição das letras pela totalidade da respectiva linha, mantendo isolado, e em consequente destaque, o

nome da divindade invocada. Ainda dentro de um ponto de vista formai, cumpre-nos assinalar o ligeiro mas inequívoco avanço das duas últimas linhas.

Relativamente ao aspecto paleográfico da epígrafe remetemos para a Est. III, na qual indicamos a forma geral das letras e explicitamos a nossa interpretação quanto aos *ductus* observáveis. Especificaremos apenas, como exemplos menos vulgares, os *BB*, aliás entre si um pouco diversos mas ambos estruturados de modo similar a Gordon & Gordon, 1977, fig. 9, n.<sup>os</sup> 4/5; os *RB*, os dois primeiros como se aglutinassem Gordon & Gordon, 1977, fig. 16, n.<sup>os</sup> 10 e 7, o terceiro os n.<sup>os</sup> 10 e 8. Refiram-se igualmente os *oo* da linha 7, o primeiro dos quais parece ter sido gravado em 3 tempos, o segundo em 5; todavia, julgamos estar perante meros acidentes de execução, porquanto os restantes exemplares, nas outras linhas, apresentam a normal estrutura a 2 tempos, facto que nos fez considerar como 1.1 /1.2 os traços da metade esquerda do primeiro *O* da linha 7, e como 1.1 /1.2 e 2.1/2.2/2.3 os que perfazem o último *O* desta mesma linha. Também o *S* de *Vasego* nos surge executado em 4 tempos; supomos, aqui, que o traço 4 não passa de um avivar do segmento superior do traço 1, operação que parece ter sido efectuada depois da letra se encontrar já completamente escrita. Notemos, ainda, que o traço 1 do segundo *A* de *Marinianus* foi gravado duas vezes, com inclinações ligeiramente diversas.

Acerca da pequena incisão observável entre o *G* e o *O* de *Vasego*, que não julgamos ser accidental, vêmo-nos obrigados a encará-la como um desgarrado *apex*, aliás bem colocado sobre o *-o* longo do dativo (cfr., v. g., Gagnat, 1914, p. 27 ; Gordon & Gordon, 1977, pp. 148-149) — ou, talvez melhor, de forma a indicar a geminação *expressiva* do *-g-* [cfr., v. g., *Bandue Bolecco* (Albertos Firmat, 1986, p. 263)] (Calabi Limentani, 1974, p. 149; Albertos Firmat, 1966, pp. 305-306).

Por fim, e quanto às diferenças de leitura verificadas relativamente à anterior versão, salientemos o seguinte [Est. IV]: o *G*, que julgamos poder ler no sufixo do teónimo, parece-nos similar a Gordon & Gordon, 1977, fig. 12, n.<sup>o</sup> 6a; o primeiro *E* de *lebes* consta, de forma inequívoca, na epígrafe (já Castello Branco, tendo em conta os respectivos traços 3 e 4, mais desenvolto que o 2, supusera não um */*, como Hübner, mas um *P* fechado e Encarnação,

1989, lê também claramente *E*); o *S* final da linha 6 subsiste apenas através da extremidade inferior, um pequeno arco que acreditamos intencional e que nos surge já esboçado na gravura de Bartholomeu d'Almeida, publicada em anexo ao trabalho de Castello Branco e logo reproduzida nos *Proceedings Soe. Antiq. London*.

\*

\* \*

Debrucemo-nos, agora, sobre os dados internos da epígrafe.

Começamos por verificar estar perante um texto dividido em duas frases diversas, ainda que entre si articuladas. A primeira, a invocação propriamente dita, redigida — como é hábito — na terceira pessoa, isto é, em discurso indirecto [forma verbal: *s(olvit)*]; a segunda, apenas complementar, redigida em discurso directo [forma verbal: *pono*].

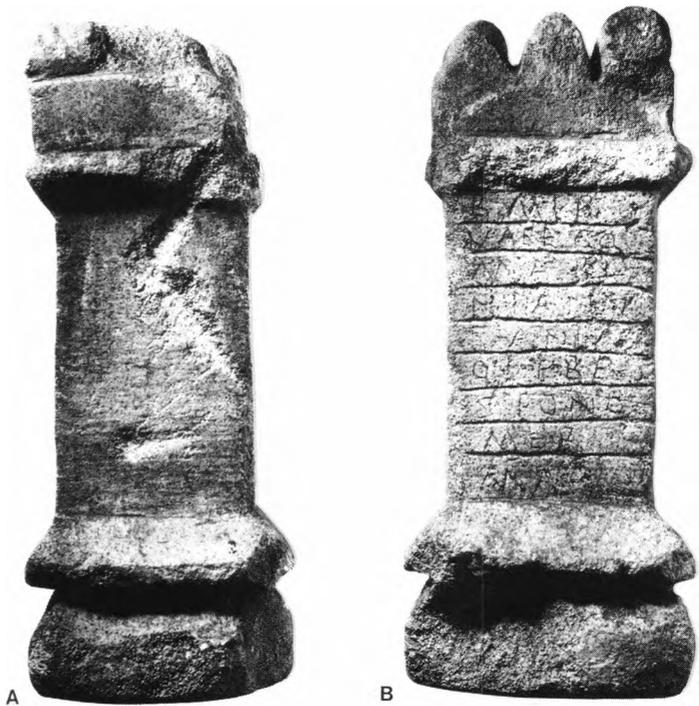
Quanto ao emprego conjunto de abreviaturas e de palavras completas numa mesma fórmula — neste caso *s(olvit)* a par de *animo lebes* —, podemos constatar a sua relativa normalidade percorrendo os índices do *C.I.L.*; v. g., limitando-nos à *Lusitania* e ao presente tipo de fórmulas, *C.I.L.* II 139 [*votum s(olvit) l(ibens) m(erito)*], 144 [*vot(um) quot fecit a(nimo) l(ibens) p(osuít)*], 894 [*votum l(ibens) a(nimo) s(olvit) m(erito)*], 6268 [*votum s(olvit)*], etc.. Já a abreviatura *ma(xime)* parecerá um pouco estranha se a confrontarmos com as soluções consideradas mais vulgares para este género de vocábulos, derivados de *maximus*, as quais preferencialmente fariam prever *m(axime)* ou *max(ime)* [cfr., v. g., Cagnat, 1914, pp. 443 col. 1, 444 col. 1]; atentem-se, no entanto, os seguintes exemplos: *I.L.E.R.* 3 =5940 [*Iovi op(timo) ma(ximo) Ma(ximus)*] e 39 [*Iovi o(ptimo) ma(ximo)...*].

Recorde-se também, como *eventual* paralelo para as fórmulas finais patentes na árula de *Vasegus*, estas outras, infelizmente truncadas, constantes na epígrafe consagrada à divindade hispânica *Dialcus* [*C.I.L.* II 4977 = *I.L.E.R.* 801]: *votum libes merito m[...]*.

A ortografia *lebes*, por *libens*, merece-nos particular atenção. De facto, nela observamos não só a substituição do *i* por *e*, como ainda a queda da nasal antes de *s*. Ambos os fenómenos são



EST. II



A

B

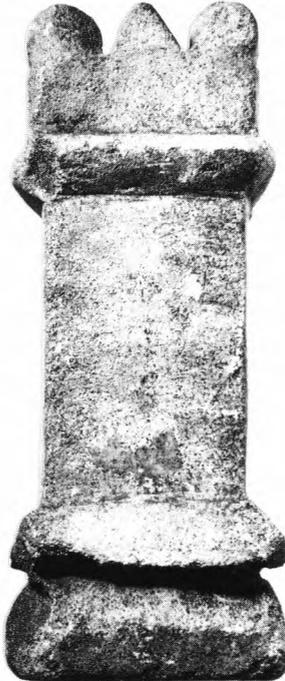
E

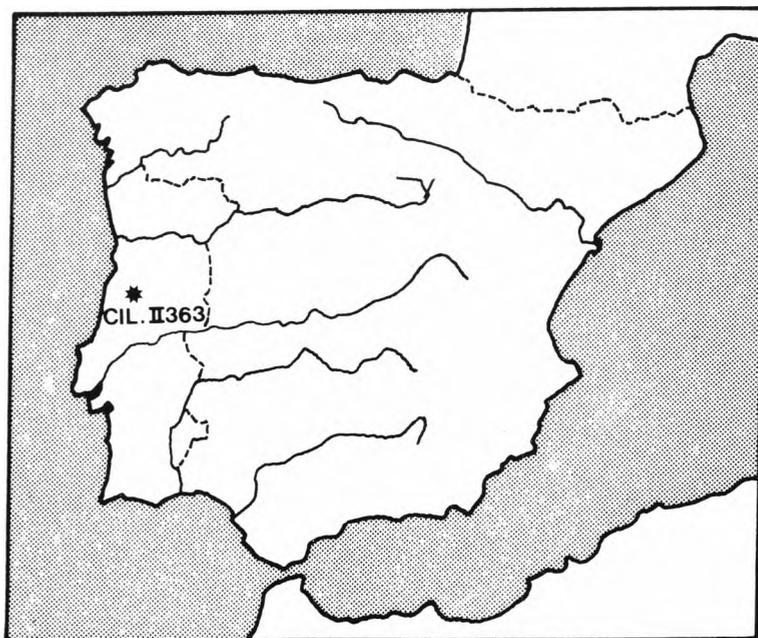
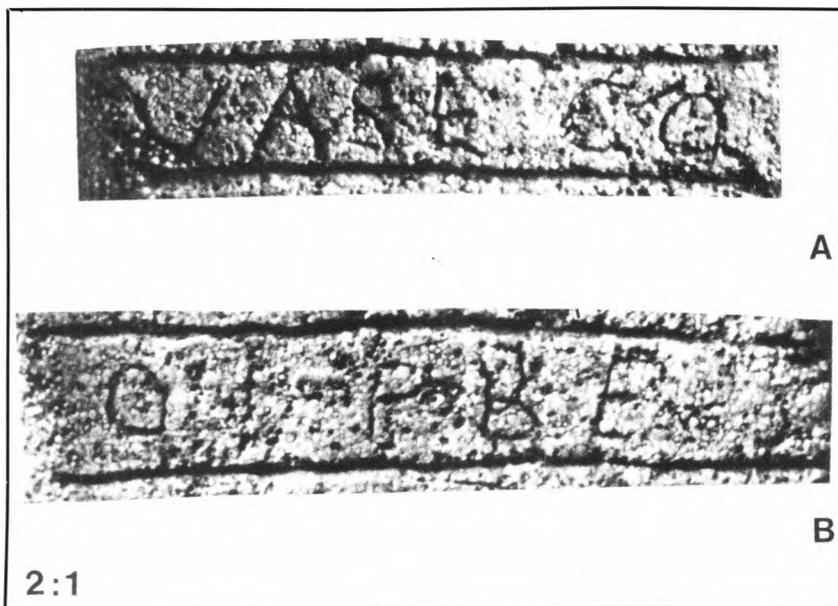


C



D





frequentes por todo o Império [cfr. Dessau, ed. 1979, V, pp. 813 (v. g., *lebiens*) e 826 (p. g., *libes* — 8 casos/*libies*)], não constituindo excepção a Península Ibérica [cfr. *C.I.L.* II, pp. 1186 col. 1 (p. g., *levensIlebiens*) e 1189 col. 1 (p. g., *libes* — 2 casos)]; a eles se refere largamente Carnoy (1906, pp.22ss. e 171). Porém, a sua acumulação numa única palavra ocorre muito menos vulgarmente, o que de modo algum nos deve impedir de aceitar esta grafia, de leitura aliás inquestionável (Est. IVB).

O único antropónimo pelo qual é designado o dedicante, *Marinianus*, revela-se um raro *cognomen*, que Kajanto (1965, p. 308) encontra no Império apenas 31 vezes, 12 das quais — ou seja, mais de 1/3 — relativas a indivíduos já cristãos. Na Península Ibérica e fora o presente caso, conhecemos apenas um outro, o do *dieniensis C. Porcius Marinianus* {*C.I.L.* II 3125 = *I.L.E.R.* 5429); notemos que nas *I.C.E.R.V.* não consta tal nome <sup>(6a)</sup>.

Tudo quanto até agora temos vindo a expor acaba por ser, de certa forma, secundário em relação à análise do teónimo, a qual, de imediato, abordaremos.

O sufixo *-ecusj-egus* (—*aecus j-aegus*), conforme a leitura que melhor considerarmos, o que em nada altera o seu significado (cfr. Untermann, 1985, p. 348 § 3.4 e n. 17)] — (Est. IVA) — pode, em alguns casos, revelar uma divindade relacionada com antigos «clãs» (Albertos Firmat, 1975a, p. 62), facto que, por sua vez, viabilizará a sua eventual aproximação a topónimos. Neste sentido e no âmbito de uma hipótese não mais do que remota, assinala-se a provável ocorrência da forma toponímica *\*Vaseo* [*\*Vaseo* / *Veseo* > *Viseo* > *Viseu*], deductível da expressão «*Vasencis episcopus*» que surge nas actas do VI Concílio de Toledo, em 638 (Vives, 1963, p. 248 col. 2; cfr. ainda Tovar, 1976, p. 256) (7).

<sup>(6a)</sup> Cfr., porém, *Marinianus, uicarius Hispaniarum* muito provavelmente natural da *Callaecia*, que viveu durante a 2.<sup>a</sup> metade do séc. IV e exerceu as suas funções administrativas sob Teodosio [cfr. v. g., CHASTAGNOL, 1965, pp. 274, 276-277 (n.º 11) e 278].

(7) Outras versões, sensivelmente contemporâneas, são *Veseo* (III Concílio de Toledo, em 589, «*civitatis Vesensis episcopus*»; XVI Concílio de Toledo, 693, «*Vesensis episcopus*»; e numismática do primeiro quartel do séc. VII) = — *\*Beseo* (XII Concílio de Toledo, em 681, «*Besensis ecclesiae episcopus*», e «*Besensis episcopus*»); e mesmo já *\*Biseo* (II Concílio de Braga, em 572, «*Bisensis*

Cingindo-nos agora ao radical de *Vasegus*, algumas propostas — para além da de Heichelheim (1955) [*vasso-s*, «jovem», «*servo*»] — poderão sugerir-se em conformidade com o suposto carácter propiciatório inerente a este tipo de entidades :

1 — Do ide. *\*ues-*, «humedecer», «molhado». Cfr. úmbrico *vestikatu*, «banhado», «derramado», «regado»; alto alemão antigo *wasal*, «chuva»; baixo alemão médio *wase*, «terra húmida», e *wasem*, «vapor de água» (Pokorny, 1959, I, pp. 1171 e 1172). Estaríamos pois, aqui, na presença de uma divindade de expressão aquática ou, pelo menos — e através da sua qualificação como ser intrinsecamente húmido —, de uma divindade de algum modo ligada a cultos de fertilidade e/ou de germinação [cfr., v. g., alto alemão antigo *waso*, «relva», «leiva»; alto alemão recente *Wasen*, «relva» (id. *ib.*, *loe. cit.*)]. Confronte-se ainda, talvez, *Vasio*, génio da fonte Ouvèze, na *Gallia Narbonense* (Holder, 1907, III, col. 118).

2 — Do ide. *\*ues-*, «brilhar»/*\*aes-*, «brilhar», «luzir», especialmente antes do amanhecer (Pokorny, 1959, I, pp. 86 e 1173). Desta forma, encontrar-nos-íamos perante um ente divino de cariz astral, porventura ligado ao raiar da aurora. A supracitada base etimológica verifica-se, com certa frequência, em radicais de antropónimos hispânicos de origem pré-latina, v. g., em *Ausesis*, *Ausiuos*, *Ausua* e, talvez também, em *Austinco* (Albertos Firmat, 1966, p. 46); confronte-se ainda, como simples sugestão, o teónimo turgaliense *Abisai* (= *\*Auisai* ?) [Blázquez, 1962, p. 219; 1975, p. 23 col. 1; Hurtado de San Antonio, 1977, n.º 572].

3 — Porém, o verdadeiro sentido de *Vasegus* julgamos poder encontrá-lo, de preferência, no ide. *\*uesu*, «bom» (*vas-*, radical apocopado). Cfr. antigo indiano *vásu-*, «bom», *vasiyan*, «melhor»,

*ecclesiae episcopus*) = *Viseo*, forma que, por sua vez, conhecemos documentada apenas a partir do séc. X — [cfr. VIVES, 1963, pp. 85, 122, 402, 407, e 520; e MACHADO, 1984, III, p. 1482]. «*Viansensis episcopus*» (V Concílio de Toledo, em 636 — VIVES, *op. cit.*, p. 231), corresponde, decerto, a um erro. Quanto à origem etimológica que MACHADO (*op. e loe. cit.*) propõe para este topónimo [«do pré-indoeuropeu *\*ves*, 'montanha'»], julgamo-la verdadeiramente temerária...

*vasistha-*, «o melhor» (Pokorny, 1959, I, p. 1174). Aliás, esta raiz reflecte-se em múltiplos antropónimos hispânicos, v. g., em *Vesadioci* (gen.), *Vesucloti* (gen.), *Visadas*, *Visad[...]*quini (gen.), *Visala*, *Visali* (gen.), *Visalia*, *Viséanos*, *Viscanosini* (gen.), *Viseradin* e *Vismaro* [Albertos Firmat, 1966, pp. 248, 252 e 253; *ΪΪcm*, 1972, p. 317; Iglesias Gil, 1976, p. 208]. Seria assim *Vasegas* uma divindade essencialmente benfazeja, atributo com o qual concordam por inteiro as fórmulas inicial e final da epígrafe, salientando, de modo pleonástico, o carácter benéfico da entidade cultuada. Ganha agora, pois, maior pertinência a intuição de Blázquez que, como vimos — e apenas com base naquelas fórmulas—, propusera já a sua classificação como *deas especialmente benfeitor* <sup>(8)</sup>.

*Vasegas* revela-se, segundo esta nossa interpretação, como um mero epíteto, isto é, como um adjectivo «que en el uso de los adorantes se empleaba (...) sin sustantivo al cual deberi a (...) servir de complemento cualificativo. En tal caso es lícito suponer que los adorantes pensaban en *sustantivos de sentido may general, como 'dios' o 'diosa'* y no en seres divinos de funciones muy marcadas» (Untermann, 1985, p. 350, § 3.6). O que, de outro modo, nos conduz afinal à mesma ambiência religiosa inerente ao hipotético [*Banda*] *Vasecus* proposto por Alarcão, considerando-o à luz das acertadas conclusões de Javier de Hoz e de Ferreira da Silva.

\*

\* \*

A fim de procurar definir cronologicamente a árula em estudo, comecemos por seriar vários dados passíveis de fornecerem indicações nesse sentido:

(<sup>8</sup>) Sentido antagónico teria porventura esta mesma divindade se insistíssemos em aceitar a antiga interpretação *\*Mervasegus*, já que nesse caso não nos seria difícil propor uma aproximação ao ide. *\*mruo-* «morto» (gaulês, *\*maruos*, da raiz *\*mer-*, «morrer») [POKORNY, 1959, I, p. 735], que se encontra documentado na antroponímia hispânica [*Maruleius* (cfr. ALBERTOS FIRMAT, 1966, p. 149)]. Nesse contexto, porém, o emprego da fórmula final, *pono mer (ito) max(ime)*, surgiria como algo de bastante estranho e inesperado.

1) *Características externas*

a) Não deixa de ser relativamente vulgar, na Península Ibérica, a existência de pequenas aras, ou ámulas, que em média regulam pelos 30 cm a 40 cm de altura e pelos 15 cm a 20 cm de largura; consagradas, sem distinção, a diversos tipos de divindades entre indígenas, latinas e orientais, distribuem-se quase todas, mais ou menos uniformemente, pelos sécs. i, n e m d.C.. Porém, o monumento em estudo, de pequeníssimas dimensões, pertence a um outro grupo de ámulas, menores e bastante mais raras, cuja altura média se situa em ~ 15 cm a 20 cm, a que corresponde uma largura (no fuste) de ~ 5 cm a 10 cm; também dedicadas a vários géneros de divindades, a maior parte dos exemplares que até nós chegaram parecem, no entanto, enquadrar-se num âmbito cronológico mais restrito, globalmente tardio. Limitando-nos, pois, a considerar como eventuais paralelos neste campo, para o monumento de Soure, alguns diminutos exemplares provenientes das regiões circundantes, obtivemos os seguintes resultados: [1] Ámula consagrada a *F(ontana)*, proveniente de Monte Real, Leiria (*C.I.L.* II 337 = *I.L.E.R.* 454; Heleno, 1921-22, pp. 8-15; Alarcão/Delgado, 1969, n.º 96); alt. 22 cm x larg. 11,7 cm; se é verdadeira a relação de contexto entre o monólito e determinadas moedas romanas junto a ele encontradas, poderemos com segurança situá-lo em meados do séc. m d.C. (cfr. Heleno, *op.cit.*, pp. 14-15). [2] Ámula consagrada a *Fortuna*, proveniente de *Conimbriga* (Étienne/Fabre, 1976, n.º 4); larg. 5,2 cm; «fin du ii<sup>e</sup> siècle au plus tôt». [3] Ámula consagrada aos *Lares Viales*, proveniente de *Conimbriga* (id., *ib.*, n.º 12); larg. 8,2 cm; «fin du ii<sup>e</sup> siècle/m<sup>e</sup> siècle». [4] Ámula consagrada a *Liber Pater*, proveniente de *Conimbriga* (id., *ib.*, n.º 13); alt. 21,3 cm X larg. 8,2 cm; «deuxième moitié du n<sup>e</sup> siècle au plus tôt». [5] Ámula consagrada a *Phoebus Theos*, proveniente de *Conimbriga* (id., *ib.*, n.º 16); larg. 7,2 cm; séc. n d.C.. [6] Ámula consagrada ao *Genius Baselecae*, proveniente de *Aeminium* (Le Roux/Fabre, 1971, n.º 2); larg. 11,2 cm; «fin du ii<sup>eme</sup> siècle ou (...) première moitié du m<sup>eme</sup> siècle».

b) Referindo-se ao aspecto das letras que formam a dedicação a *Vasegus*, assinala-lhes Hübner (1871, p. 57; *C.I.L.* II 363)

urna época tardia, sem no entanto especificar mais detalhadamente tal atribuição; na sua esteira, o mesmo faz Keune (1924-37), ficando-se por aqui todas as hipóteses cronológicas que — com base paleográfica ou com qualquer outra — foram até agora emitidas àcerca da árula de Soure. Todavia, um exame detalhado e comparativo dos caracteres epigráficos pode, segundo cremos, alcançar resultados um pouco mais precisos. De facto, tendo-os confrontado [Est. III] com os *exempla* registados por Hübner (1885) e por Gordon & Gordon (1964/55) e recorrido a sínteses efectuadas por outros autores, v. g., por Cagnat (1914) — sem deixar ainda de atender a vários condicionantes, desde a própria falibilidade relativa daqueles critérios de análise, até à falta de plena concordância verificada nas comparações —, conseguimos delimitar o período lato mais viável quanto à gravação da epígrafe; período que, em *termos muito gerais* [neste caso, e para já, os únicos praticáveis], abrangerá desde meados do séc. n d. G. a meados do séc. iv.

c) O provável emprego de um *apex*, que vimos parecer localizar-se na última sílaba do teónimo, poderá também auxiliar a datação desta árula. Na verdade, o uso destes sinais, até certo ponto vulgar durante o séc. i d.C., decai progressivamente a partir do século seguinte (Gordon & Gordon, 1977, p. 214, § 6), até desaparecer por completo pouco depois de meados do séc. m [Cagnat, 1914, p. 27; Hübner, 1885, p. LXXVI col. 2 (cfr., como caso limite seriado, *exemplum* n.º 602, de 224 d.C.)].

d) Por sua vez, as ostensivas linhas auxiliares, de óbvio cariz decorativo, apenas se coadunam com uma época já tardia. Hübner (1885, p. XXXII) refere o eventual emprego de tais pautas a partir do séc. in e iv d.C.; e Gordon & Gordon (1977, pp. 158 e 223 cap. 4 n. 9) assinalam alguns casos atribuíveis aos finais do séc. iv e ao séc. v. A nível da *Hispania* ocidental e restringindo-nos a monumentos votivos, citemos, v. g., a ara consagrada a *Cohvetena*, que Blázquez (1975, pp. 55-56) faz remontar ao séc. n d.C., mas que Arias Vilas/Le Roux/Tranoy (1979, pp. 80, 81 e 122, est. XXII n.º 57) — quanto a nós mais acertadamente — colocam no século seguinte.

2) *Características internas*

a) Carnoy (1906, p. 65 e 66), referindo-se à substituição do *ī* por *e* «sur les inscriptions vulgaires», propõe o séc. *ui* d.C. para os casos de *lebiens* e *levens* referentes ao NW peninsular. Dentro desta ordem de ideias, o mesmo poderia, pois, afirmar-se quanto a *lebes*.

b) Vimos já que o *cognomen Marinianus* surge, com elevada frequência, em textos tardios (Kajanto, 1965, p. 308); em Roma, apesar de omissos sobre inscrições republicanas, repete-se algumas vezes durante o Baixo-Império (Solín, 1977, p. 124).

Porém, no caso da árula em estudo, outro dado, de assinalável importância, vem somar-se a estas considerações; referimo-nos ao facto do dedicante apresentar *um único* antropónimo. Julgamos não estar forçosamente perante um escravo que tenha procurado encobrir a sua origem social, deixando de mencionar estatuto e patrono (cfr. Cagnat, 1914, p. 80; Thylander, 1952, p. 98; Kajanto, 1977, p. 422) <sup>(9)</sup>, mas sim perante uma forma evoluída de denominação, adequável ao tardio 'sistema do nome único'. Ora, segundo as pesquisas efectuadas por Kajanto (1977, pp. 423 ss.), este tipo nominal, ainda que nalguns casos remonte a tempos anteriores, só se difunde largamente a partir de Constantino o Grande, atingindo nos séculos seguintes a sua máxima expressão; entre os exemplos dados por aquele autor encontra-se mesmo um *Marinianus*, datável de 402-408 d.C..

c) Por fim, se aceitarmos a forma sonora *Vasegus<sub>i</sub>*, recordemos a sua provável 'modernidade' em relação a teónimos com sufixo idêntico mas ensurdecido, isto é, com *-c-* (Tovar, 1949, p. 137).

<sup>(9)</sup> Aliás, é muito baixa a percentagem de escravos/libertos declarados entre indivíduos portadores do *cognomen Marinianus*: apenas 1 num total de 19 (reportando-nos exclusivamente ao *C.I.L.*), ou mesmo num total de 31 (incluindo os casos patentes nas *I.C.V.R.*) [cfr. KAJANTO, 1965, p. 308].

Confrontando os vários resultados parcelares acabados de seriar e ponderando a relativa valia de cada um, julgamos poder atribuir a árula consagrada a *Vasegus* ao período compreendido entre finais da primeira metade do séc. m e inícios do séc. iv d.C.. Ao séc. ui pertencem muitos outros testemunhos epigráficos de divindades hispânicas (v. g., *Abna*, *Bandua Bolleccus*, *Bandua Veigebreægus*, *Bandua \*Verubricus*, *Bormanicus*, *Brigus*, *Cohvetena*, *Coronus*, *Cusu Neneoecus*, *Mentoviacus*, *Munis*, *Nabia/Nauia*, *Nimphae Lupianae*, *Perora*, *Vestius Aloniecus*, etc.), divindades cujos últimos representantes conhecidos se situam já em pleno séc. iv (o. g., *Virrora Villiaegus* e *Ervdinus*, este último invocado através de epígrafe datada de 23 de Julho de 399 d.C.) — [cfr. Blázquez, 1962, pp. 211-213; 1975, pp. 96, 97 e 189; 1977, p. 373; 1983, p. 223].

\*  
\*     \*

É-nos pois permissível concluir, deste nosso estudo, que na *Lusitania* ocidental e sobre determinado outeiro adjacente a um curso de água, se prestava culto — pelo menos durante a segunda metade do séc. m d.C., senão mesmo mais tarde — a uma divindade hispânica de preponderante cariz benfazejo, denominada *Vasegus*. Se a ambiência local aponta para um espaço sagrado de características vincadamente rurais — acaso anexo ou integrado numa *villa* [cfr. achados ocasionais de cerâmica, mós, materiais de construção e de moedas (sécs. m e iv) referidos por Conceição, 1942, p. 12] —, já as pequenas dimensões da árula em análise, bem como a sua própria fragilidade, nos obrigam a supor a existência de um santuário coberto; talvez um pequeno templo, ou mesmo um simples abrigo, em cujo interior fossem depositados os *ex vota* oferecidos ao génio benemerente, que não nos admiraríamos se porventura estivesse relacionado com alguma nascente de águas 'virtuosas'. Esperamos que as escavações arqueológicas há poucos anos iniciadas em Soure e orientadas pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro (I.P.P.C.) — de que resultaram já alguns materiais romanos, inclusive epigráficos [cfr. *Informação Arqueológica*, 1984, pp. 19-20;

*idem*, 1987, p. 28; Mantas, 1985, p. 167 ss.; Corte Real, 1987; (*vide* ainda Vergílio Correia/Nogueira Gonçalves, 1952, p. 214; e Alarcão, 1988a, p. 98, n.º 3/165)] — venham, porventura, a contribuir para um melhor conhecimento e compreensão do santuário consagrado, parcial ou totalmente, a *Vasegus* <sup>(10)</sup>.

#### ADDENDA

I) Quando o presente artigo se encontrava já em segundas provas, saiu um estudo de Garcia (1987) dedicado a quatro ámulas conimbrigenses praticamente inéditas, conservadas no M.N.A.E., cuja peculiar tipologia—*grosso modo* afim à do monumento con-

<sup>(10)</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada, em 1987, como comunicação ao I Colóquio sobre «Religiones Prehistóricas de la Peninsula Iberica», que decorreu em Salamanca e Cáceres. Como, porém, subsistem fortes razões para supor que a edição das respectivas actas se encontra num impasse, optámos por publicar desde já o presente estudo, aproveitando para o actualizar e completar pontualmente em relação ao original que então entregámos ao Secretariado do Colóquio. Nessa primeira versão afirmávamos, a propósito da imperiosa necessidade de vir a analisar directamente a ámula e respectivo texto : «o que nos foi facultado pela redescoberta que fizemos do monumento, já há 12 anos [escrevíamos em 1987], nos depósitos museológicos da Academia das Ciências de Lisboa». A publicação, no mesmo ano do Colóquio, de uma fotografia da epígrafe por José d'Encarnação, e ainda a ulterior menção expressa deste autor em como examinou a pequena ara na Academia das Ciências (ENCARNAÇÃO, 1989, p. 114), esclarecem à evidência que também ele, nestes últimos anos, redescobriu o monumento. Porém, mais do que marcar casuais prioridades nesta matéria, antes importa estudar com detalhe e profundidade as várias inscrições que, de algum modo, se nos deparam; e o facto de dois investigadores se preocuparem em simultâneo com um mesmo — mas controverso — texto, apenas evidencia, afinal, a actual vitalidade dos estudos epigráficos entre nós.

Já depois de redigida e composta a presente nota, saiu a público o vol. XXVI da revista *Conimbriga*, onde (pp. 5-37) José d'Encarnação nos dá uma versão revista e actualizada do seu artigo de 1989. A ámula consagrada a *Vasegus* é comentada nas pp. 33-34 e reproduzida na fig. 9; no caso vertente, porém, nada é alteiado relativamente ao texto inserto no artigo original, acrescentando-se apenas duas referências bibliográficas (Encarnação, 1975; e, já, o próprio estudo que ora publicamos).

sagrado a *Vasegus* — nos obriga a tecer, desde já, as seguintes considerações :

1) Começemos por destacar as suas reduzidas dimensões, claramente equiparáveis às da árula de Soure:

a) Garcia, 1987, n.º 1 — alt.: 18,5 cm; larg.: 8 cm; espess.: 6 cm; alt. letr.: 0,6/1,2 cm.

b) Id., *ib.*, n.º 2 — alt.: 20 cm; larg.: 8 cm; espess.: 6 cm; alt. letr.: 0,7/1,3 cm.

c) Id., *çè.*, n.º 3 — larg.: 6,5 cm; espess.: 6 cm; alt. letr.: 0,5/1 cm.

d) Id., *ib.*, n.º 4 — larg.: 8 cm; espess.: 6,5 cm; alt. letr.: c. 1/1,2 cm.

Recordemos as dimensões principais da árula de Soure:

e) Alt.: 17,7 cm; larg.: 7,5 cm; espess.: 6,7 cm; alt. letr.: 0,5/0,6 cm.

Aliás, todos os supracitados monumentos enquadrar-se-ão afinal num conjunto mais vasto de pequenas aras, que citámos já no corpo do presente artigo mas das quais descriminaremos, em seguida e do mesmo modo, as respectivas dimensões principais:

f) Étienne/Fabre, 1976, n.º 4 {*Con.*} — larg.: 5,2 cm; espess.: 3,6 cm; alt. letr.: 1/1,2 cm.

g) Id., *ib.*, n.º 12 {*Con.*} — larg.: 8,2 cm; espess.: 15,4 cm; alt. letr.: 1,9/2 cm.

h) Id., *çè.*, n.º 13 {*Con.*} — alt. : 21,3 cm ; larg. 8,2 cm ; espess. : 8,1 cm; alt. letr. 1,1/1,6 cm.

i) Id., *ib.*, n.º 16 {*Con.*} — larg.: 7,2 cm; espess.: 8,6 cm; alt. letr.: 0,5/0,7 cm.

j) Le Roux/Fabre, 1971, n.º 2 {*Aem.*} — larg. 11,2 cm; alt. letr.: 0,9/2,1 cm.

l) *C.I.L.* II 337 (Monte Real) — alt.: 22 cm; larg. 11,7 cm; alt. letr.: c. 1,4 X 2 cm.

À supracitada série poderemos talvez acrescentar ainda mais algumas áruas conimbrigenses que, por ligeiramente maiores, não referenciámos no corpo deste estudo:

m) Étienne/Fabre, 1976, n.º 6 — larg.: 13 cm; espess.: 9,5 cm; alt. letr.: 1,7 cm.

n) Id., *ib.*, n.º 10 — larg.: 12,7 cm; espess.: 9,5 cm; alt. letr.: 2,1/2,4 cm.

o) Id., *id.*, n.º 23 — larg.: 12,2 cm; espess.: 9,4 cm; alt. letr.: 1,9/2 cm.

2) Notemos que, para além do carácter reduzido das respectivas dimensões, existem outros factores comuns entre vários dos elementos que apresentámos. Concretizemos :

— Dos 14 monumentos seriados, 11 (~79%) provêm de *Conimbriga*; 1 (~7%), o de Soure, foi encontrado já perto dos limites ocidentais do *territorium* de *Conimbriga*, a cerca de 12 Km da *civitas* (Mantas, 1985, pp. 177-178; Alarcão, 1990, mapa); 1 (~7%), o de *Aeminium*, surgiu na *civitas* imediatamente vizinha, para Norte, de *Conimbriga*, apenas a cerca de 15 Km desta última; finalmente, 1 (~7%), o de Monte Real, foi descoberto em pleno *territorium* municipal de *Collippo*, *civitas* que sucede, para SO, à de *Conimbriga* (Alarcão, 1988 b, pp. 46-47; *id.*, 1990, mapa), a pouco menos de 50 Km desta última.

— Algumas afinidades morfológicas relativamente próximas podem ser detectadas. Por exemplo, entre os capeamentos das ámulas que antes indexámos sob as alíneas c, e, /\*, h (e, em menor grau, n). Quanto às proporções volumétricas patentes nos monumentos em análise, julgamos poder a partir delas caracterizar dois sub-conjuntos entre si algo diversos, mas cada qual bastante uniforme: (2) ámulas singularmente esguias (relação de 1 para 3, até 1 para 4, entre a largura do fuste e a altura máxima do exemplar: a {1 X 3}, b (1 X 3), 6 (1 X 3,5), h (1 X 4) — [a este grupo deverão talvez pertencer também os casos truncados c, d, f, g, i, j e ainda, porventura, os de maior formato m, o]; (2) ámulas de um para meio (ou seja, relação *aproximada* de 1 para 2 entre a largura do fuste e a altura máxima do exemplar; l (1 X 2,2) — [este grupo integrará também, muito provavelmente, o caso truncado e de maior foi mato seriado sob a alínea n].

— Por fim, destaquemos algumas aparentes afinidades paleográficas: (2) uso de linhas auxiliares, por vezes relativamente ostensivas: ámulas è, e, A, j, m (e, talvez também, g); (2) carácter

claramente cursivo das epígrafes, as quais com assinalável frequência surgem quase só esgrafitadas : ámulas á, c, e, g, i, j.

3) No texto atribuímos, por várias razões, o monumento de Soure a um período compreendido entre finais da primeira metade do séc. ui d.C. e inícios do séc. iv. As cronologias propostas para algumas das restantes ámulas, já antes publicadas, reforçariam o carácter relativamente tardio de todo o conjunto: /\*, nunca antes de finais do séc. n ; g, fim do séc. n/séc. m; A, nunca antes da segunda metade do séc. n ; i, séc. n ; j, fim do séc. n/primeira metade do m; Z, meados do séc. m.

Todavia, qualquer uma destas datações — ainda que bastante prováveis e/ou relativamente aproximadas — não possuía contexto arqueológico seguro. É por isso que assume especial significado o grupo ora estudado por Garcia (1987), nomeadamente o monumento n.º 1 [nossa alínea a]. Na verdade, e apesar de Garcia não fornecer qualquer indicação cronológica para os quatro exemplares que analisa — de forma demasiadamente sumária, sublinhe-se —, possuía a esse respeito determinado dado concreto relativo à citada ámula n.º 1, o qual pode contribuir decididamente para uma datação geral mais segura de todo o conjunto — e que nesse mesmo sentido fora já, aliás, considerado por Étienne/Fabre (1976, p. 28, n. 9). Referimo-nos ao respectivo local de achamento: «no tanque da sala da fonte do palácio extra-muros» (Vergílio Correia, 1972, pp. 316 e 328; cfr. Garcia, 1987, p. 44).

Efectivamente, julgamos evidente ter-se esta ámula encontrado no próprio sítio em que desempenharia funções durante a época romana. A clara articulação entre a invocação — *L(aribus) Aquitibus* — e o concreto local de achamento — no tanque da sala da fonte — parece-nos, nesse sentido, deveras sugestivo. O monumento epigráfico pertenceria, pois, a um larário integrado num pequeno ninfeu, e encontrar-se-ia *in loco* quando a casa foi abandonada (cfr. Alarcão/Étienne, 1981, p. 71 e fig. II).

Ora, pela análise dos mosaicos que cobrem mais de 1/4 da área desta grande *domus*, concluiu-se ter sido ela construída em inícios do séc. ui — ou, melhor, durante a época severiana —, sobre os muros de outra bastante anterior; provavelmente sofrerá abandono logo nos inícios do séc. iv, ainda que tal dado não seja em absoluto

seguro (Bairrão Oleiro, 1965, p. 263; Étienne/Fabre, 1976, pp. 112-113, n.º 100; Alarcão/Étienne, 1981, pp. 69-70; Moutinho Alarcão/Mayet/Nolen, 1986, p. 54). Assim, tudo parece apontar para uma *comprovada* atribuição da áiula em causa ao séc. m d.C. — o que coincide não só com a cronologia geral antes proposta para o exemplar de Soure, mas ainda com o suposto carácter tardio de todo o conjunto de áruilas em análise (cfr. Étienne/Fabre, 1976, p. 28, n.º 9: «début du iii<sup>e</sup> siècle»).

Entre elas, apenas três (*/n, n, o*) foram publicadas como mais arcaicas [cfr. Étienne/Fabre, 1976, n.º 6, p. 25 («première moitié du 1<sup>er</sup> siècle?»); n.º 10, p. 30 («fin du 1<sup>er</sup> siècle ou le début du n<sup>e</sup>»); n.º 23, p. 45 («fin du i<sup>er</sup> — début du n<sup>e</sup> siècle»)]. No entanto, nenhum argumento ou razão de peso nos garante a correcção dessas datações. Sem entrarmos agora em grandes pormenores, diremos não ver, *a priori*, qualquer inconveniente — histórico, filológico, epigráfico ou paleográfico — em colocar, *v. g.*, o monumento *m* em pleno séc. n; o *n n o* séc. m; e o *o* no séc. n ou in, indistintamente. Qualquer destes três exemplares foi descoberto já em tempos recentes, no âmbito das campanhas arqueológicas levadas a cabo, entre 1964 e 1971, pela equipa luso-francesa. Perguntamos: não existirão registos estratigráficos ou de contextos materiais que ajudem a fixar a cronologia exacta, ou mais aproximada, das áruilas em questão ?

4) De tudo quanto atrás fica dito, julgamos poder licitamente tirar as seguintes conclusões, ainda que provisórias:

— A áruila consagrada a *Vasegus* insere-se num conjunto regional relativamente vasto de monumentos similares, decerto produtos de uma mesma oficina, a qual terá funcionado talvez a partir de meados do séc. n e, sobretudo, ao longo do séc. m d.C.

— Tal oficina localizar-se-ia, obviamente, em *Conimbriga*. De facto, para além de 79% dos monumentos em causa provirem da própria *civitas*, deveremos ter ainda em consideração o pequeno, mas altamente significativo, conjunto de pequenas aras inacabadas e/ou ainda não gravadas também aí descoberto, evidente prova de um 'atelier' local (Étienne/Fabre, 1976, pp. 216-217 e est. XXXIV).

Ora acontece que, dos 5 monumentos encontrados nestas condições, 4 (= 80%) mantêm-se dentro dos parâmetros dimensio-

nais peculiares às ámulas antes seriadas (recordemos que uma das principais características individualizadoras destas últimas consiste, precisamente, na sua singular pequenez). Concretizemos:

p) Étienne/Fabre, 1976, p. 216, n.º 1 — alt.: 14,6 cm; larg.: 7,1 cm; espess.: 8 cm.

q) Id., *ib.*, p. 217, n.º3( = Moutinho Alarcão/Sálete da Ponte, 1984, p. 37, n.º 218) — alt.: 21,2 cm; larg.: 11 cm; espess.: 6,5 cm.

r) Id., *ib.*, p. 217, n.º 5 — alt.: 13 cm; larg.: 5,7 cm; espess.: 5,7 cm. E, incluível entre os casos um pouco maiores:

s) Id., *ib.*, pp. 216-217, n.º 2 — alt.: 25 cm; larg.: 12,6 cm; espess.: 9,6 cm.

\*

É nossa intenção vir a estudar a fundo, individual e comparativamente, as 18 ámulas ora referenciadas. Para tal, procuraremos obter as necessárias autorizações museológicas, que nos permitirão a respectiva análise directa e inerente registo gráfico. As várias conclusões provisórias aqui esboçadas poderão ser então devidamente aferidas e, se necessário, corrigidas e/ou completadas; por outro lado, o aprofundar da investigação proporcionará, estamos certos, o estabelecimento de novas ilações, por enquanto insuspeitáveis. Entretanto, acreditamos que, genericamente, se deverá manter o essencial da hipótese que viemos a defender; ou seja, a laboração de uma oficina lapidar conimbrigense, pelo menos durante a segunda metade do séc. n e ao longo de todo o séc. m d.C., que porventura tenha produzido «essentiellement (...) des autels votifs» (Étienne/Fabre, p. 217), de entre os quais, senão a totalidade, pelo menos a maior parte das ámulas que antes seríamos — e de que ora nos cumpre, mais uma vez, destacar o pequeno monumento consagrado a *Vasegus*.

II) Ultimamente publicou Patrício Curado (1989, p. 370) uma nova leitura da inscrição n.º 10 (inv. n.º 261) do Museu Pio XII (Braga), proveniente de Minhotães, Barcelos. A interpretação antes aceite (cfr. Santos/Le Roux/Tranoy, 1983, pp. 11-12, n.º 10) dava, como invocação expressa no texto em análise, *Dominus Aecus*

*Rougiavesucus*. No entanto, Patrício Curado (*op. e loc. cit.*), entre outras diferenças substanciais — mas que ora não vem a propósito referir —, indica como teónimo aí consagrado *Dominus Corougia Vesucus*.

Com base na fotografia do monumento, patente na lam. III, n.º 8, do estudo de Santos *et olii* (1983), cremos poder confirmar, de um modo geral, a viabilidade da proposta de Patrício Curado, embora no final da linha 4 e a seguir a *DOM* se vislumbrem de facto vestígios de mais uma ou duas letras, cuja atenta observação directa será necessária para uma correcta e cabal revisão deste trecho da epígrafe. Seja como for, julgamos poder desde já aceitar, nas linhas subsequentes, *Corougia[*e*] Vesuco*.

Ora o que nos importa aqui destacar é, precisamente, o epíteto *Vesucus*, do qual, aliás, Patrício Curado adianta já a hipotética — mas bastante possível, ou aproximada — tradução : «que é bom». Teríamos, pois, subjacente ao radical de *Vesucus*, tal como antes propusémos como interpretação mais credível para o do teónimo *Vasegus*, o ide. \*uesu, «bom». E, assim sendo, o epíteto da inscrição de Minhotães passaria a constituir um óptimo e preferencial paralelo para o significado-base inerente à divindade cultuada em Soure.

Perturbante e inesperado, porém, revela-se um outro dado, porventura fundamental para o presente estudo, mas que até agora tem, neste contexto, passado completamente despercebido, quer a nós próprios, quer — ao que julgamos — a todos os autores. Referimo-nos à existência da divindade gaulesa denominada *Vosegus* [*C.I.L.* XIII 6027 (= *I.L.S.* 3916), 6059, 6080 (= *I.L.S.* 3916)], já desde há muito conhecida (cfr., v.g., Gruterus, 1616, p. XCIV, n.º 10), mas de cuja evidência só recentemente tomámos consciência, no natural decurso das nossas investigações.

*Vosegus* é, simultaneamente, um *numen* das florestas [confronte-se a sua invocação como *Vosegus Siloester'*] e um espírito das montanhas, tendo dado nome à cordilheira renana hoje conhecida por 'Vosges' (cfr., o. g., Dauzat, 1926, p. 208; Benoit, 1959, p. 60; Thevenot, 1968, p. 221). Nesse(s) sentido(s), é todavia um deus tópico, circunscrito às terras altas epónimas e bosques circundantes, território ainda assim bastante vasto, delimitado pelas planícies e planaltos de Alsácia, de Hunsrück, das Ardenas, de Langres e pelos Monts-Faucilles, além do mais prolongando-se

para Sul em torno do curso superior do Saône (cfr., c. g., Linckenheld, 1927, p. 135).

Curiosamente, permanecem documentadas algumas raras variantes da forma-base *Vosegus* desta feita como topónimo, as quais assumem para nós especial interesse: *Vesegus*, *Vasagus* e — precisamente—*Vasegus* (cfr. Holder, 1907, III, cols. 254, 448 e 450).

Perguntamos:

a) Será que a árula de Soure, explicitamente consagrada a *Vasegus*, testemunha afinal um acto de devoção para com a divindade gaulesa *Vosegus*, ainda que levado a cabo em plena *Lusitania* ?

b) Será que *Marinianus*, dedicante do pequeno monumento em causa, é afinal originário da Gália Oriental, ou com esta região se encontra de algum modo estreitamente ligado ?

c) Será que esta possível identificação entre teónimos põe completamente em causa as várias considerações etimológicas que antes propusemos quanto a *Vasegus* — e, assim, a eventual relação entre o radical deste último e o do epíteto *Vesucus* —, havendo antes que averiguar a etimologia específica de *Vosegus* ?

d) Mas, assim procedendo, será que se deparará forçosamente com uma etimologia diversa, por exemplo, como defendia Arbois de Jubainville (citado por Holder, 1907, III, col. 448), vendo neste teónimo o radical *sego-* antecedido pelo prefixo *vo-* ? Ou será que se chegarão a resultados idênticos ou próximos, por exemplo, procurando o significado desta divindade com base numa repensada e revalorizada análise das formas *Vasagus*, *Vasegus*, *Vesegus* ?

e) Ou serão o *Vasegus* lusitano e o *Vosegus*/(*Vasegus*) gaulês teónimos apenas acidentalmente homófonos, mas de diferentes origem e etimologia, sem qualquer tipo de relação entre si?

Por enquanto não sabemos respondi com precisão a nenhuma das supracitadas questões. Contamos poder fazê-lo oportunamente, depois de reunida mais bibliografia sobre *Vosegus*, e de elaborarmos, a partir dela, um estudo comparativo com o teónimo registado na epígrafe de Soure, reavaliando então as respectivas hipóteses de origem e confronto etimológico, que ora propusemos.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO (Jorge), 1988a, *Roman Portugal — Gazetteer*, vol. II, fase. 2, Warminster/Wiltshire.
- , 1988b, *O Dominio Romano em Portugal*, Edic. Europa-América, Mira-Sintra/Mem Martins [tradução portuguesa do vol. I (*Introduction*) de *Roman Portugal*].
- , 1990, «Identificação das cidades da Lusitania portuguesa e dos seus territórios», *Les Villes de Lusitanie Romaine — Hiérarchies et Territoires*, C.N.R.S., Paris.
- ALARCÃO (Jorge) e DELGADO (Manuela), 1969, *Catálogo do Gabinete de Numismática e Antiguidades — 1.ª parte: Antiguidades Ibéricas e Romanas*, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- ALARCÃO (Jorge) e ÉTIENNE (Robert), 1981, «Les jardins à Conimbriga», *Ancient Roman Gardens*, Washington, Dumbarton Oaks, pp. 67-80.
- ALBERTOS FIRMAT (M.<sup>a</sup> de Lourdes), 1966, *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania. Tàrraconense y Bética*, Salamanca.
- , 1972, «Nuevos antropónimos hispánicos (2.ª serie)», *Emerita*, XL, Madrid, pp. 1-29 e 287-318.
- , 1975a, «Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua», *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XL-XLI, Valladolid, pp. 5-66.
- , 1975b, «Situación de la epigrafía hispanorromana. Soluciones posibles al problema», *XIII Congreso Nacional de Arqueología (Huelva, 1973)*, Zaragoza, pp. 945-950.
- , 1977, «Correcciones a los trabajos sobre onomástica personal indígena (...)», *Emerita*, XLV, Madrid, pp. 33-54.
- , 1983, «Teonimos Hispanos», apéndice III in BLÁZQUEZ, 1983, pp. 477-488 [reeditado in ALBERTOS FIRMAT, 1986].
- , 1986, «Spanische Götternamen», *appendix* in BLÁZQUEZ, 1986, pp. 262-273.
- ANDERSON (James M.), 1985, «Preroman Indo-European Languages of the Hispanic Peninsula», *Revue des Études Anciennes*, LXXXVII (3-4), Bordéus, pp. 319-326.
- ARIAS VILAS (Filipe), LE ROUX (Patrick) e TRANOY (Alain), 1979, *Inscriptions Romaines de la Province de Lugo*, Paris.
- BAIRRÃO OLEIRO (J. M.), 1965, «Mosaïques romaines du Portugal», *La Mosaïque Gréco-Romaine*, C.N.R.S., Paris, pp. 257-265 e figs. 1-9.

- BENOIT (F.), 1959, *Mars et Mercure. Nouvelles recherches sur l'interprétation gauloise des divinités romaines*, Aix-en-Provence.
- BLÁZQUEZ (José Maria), 1962, *Religiones Primitivas de Hispania*, Roma.
- , 1975, *Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid.
- , 1977, *Imagen y Mito*, Edic. Cristiandad, Madrid.
- , 1983, *Religiones Prerromanas (= Primitivas Religiones Ibéricas, II)*, Edic. Cristiandad, Madrid.
- , 1986, «Einheimische Religionen Hispaniens in der römischen Kaiserzeit», *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, II, 18 (1) — *Die Religiösen Verhältnisse in den Provinzen*—, edit. W. Haase, Berlin/New York, pp. 164-275.
- CAGNAT (René), 1914, *Cours d'Épigraphie Latine*, 4.<sup>a</sup> ed., Paris.
- CALABI LIMENTANI (Ida), 1974, *Epigrafia Latina*, 3.<sup>a</sup> ed., Milão.
- CARDIM RIBEIRO (José), 1987, «\*Aponianicus Poliscinius: um falso teónimo», *Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas — Veleia*, II-III, Vitoria, pp. 311-325 [repblicado in *Lisboa — Revista Municipal*, ano XLVIII, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 20 (1987), pp. 3-14].
- CARNOY (A.), 1906, *Le Latin d'Espagne d'après les Inscriptions*, 2.<sup>a</sup>ed., Bruxelles.
- CASTELLO BRANCO (José Barbosa Canaes de Figueiredo), 1851, *Apointamentos acerca da Villa de Soure*, in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciendas de Lisboa — Classe de Sciendas Mor aes e Relias Lettras*, 2.<sup>a</sup> série, tom. III (1) [vol. XVI da Colecção], Lisboa.
- CHASTAGNOL (André), 1965, «Les espagnols dans l'aristocratie gouvernementale a l'époque de Théodose», *Les Empereurs Romains d'Espagne*, C.N.R.S., Paris, pp. 269-292.
- CONCEIÇÃO (Augusto dos Santos), 1942, *Soure*, Coimbra.
- CORTE REAL (Artur), 1987, «Inscrição funerária de Soure», *Ficheiro Epigráfico*, fase. 24, Coimbra, n.º 108.
- DAUZAT (A.), 1926, *Les Noms de Lieux*, Paris.
- DESSAU (Hermann), ed. 1979, *Inscriptiones Latinae Selectae*, II e V, Chicago.
- DIAS (E. Rocha), 1901-1903, «Noticias archeologicas extrahidas do 'Portugal antigo e moderno'», *Roletim de Architectura e Archeologia*, tomo IX, 4.<sup>a</sup> Série, n.º 10, Lisboa, pp. 39-48.
- ENCARNÇÃO (José d'), 1975, *Divindades Indígenas sob o Dominio Romano em Portugal*, Lisboa.
- , 1987, «Soure. Identificados importantes monumentos epigráficos romanos», *Diário de Coimbra*, 23 de Junho, p. 5.
- , 1989, «Divindades indígenas da Lusitânia», *Os Portugueses e o Mundo*, VI, Porto, pp. 103-115 [repblicado, depois de revisto e actualizado, in *Conimbriga*, XXVI, Coimbra, 1987 (mas acabada de imprimir apenas em 1990), pp. 5-37].
- ÉTIENNE (Robert) e FABRE (Georges), 1976, «Épigraphie», *Fouilles de Conimbriga*, II, Paris, pp. 7-232.
- FERREIRA DA SILVA (Armando Coelho), 1986, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.

- GARCIA (José Manuel), 1987, «Da epigrafia votiva de Conimbriga — Observações e novos monumentos», *Conimbriga*, XXVI, Coimbra, pp. 39-59.
- GARCÍA Y BELLIDO (Antonio), 1967, *Les Religions Orientales dans l'Espagne Romaine*, Leiden.
- GORDON (Arthur E.) e GORDON (Joyce S.), 1964/65, *Album of Dated Latin Inscriptions*, vols. II e III, Berkeley/Los Angeles.
- GORDON (Joyce S.) e GORDON (Arthur E.), 1977, *Contributions to the Palaeography of Latin Inscriptions*, Milão [1.<sup>a</sup> ed. em 1957, Berkeley/Los Angeles].
- GRUTERUS (Janus), 1616, *Inscriptionum Romanarum Corpus Absolutissimum*, in Bibliopolio Commeliniano, s.l.
- HEICHELHEIM, 1931, «*Mervasecus*», *Paulys Real-Encyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, vol. XV (1) [tom. 29], edit. W. Kroll, Stuttgart, col. 1070.
- , 1955, «*Vasecus*», *Paulys Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, sér. II, tom. 15, edit. K. Ziegler, Stuttgart, cols. 439 e 440.
- HELENO (Manuel), 1921-22, «Antiguidades de Monte Real», *O Archeologo Português*, XXV, Lisboa, pp. 1-98.
- HOLDER (Alfred), 1907, *Alt-Celtischer Sprachschatz*, III, Leipzig.
- Hoz (Javier de), 1986, «La religion de los pueblos prerromanos de Lusitania», *Manifestaciones Religiosas en la Lusitania*, Cáceres, pp. 31-49.
- HÜBNER (E.), 1869, *Inscriptiones Hispaniae Latinae*; 1892, *Supplementum* — (= *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II), Berlim (= C.I.L. II).
- , 1871, *Noticias Archeologicas de Portugal*, Lisboa.
- , 1885, *Exempla Scripturae Epigraphicae Latinae*, Berlim.
- HURTADO DE SAN ANTONIO (Ricardo), 1977, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas — Cáceres*, Cáceres.
- IGLESIAS GIL (José Manuel), 1976, *Epigrafia Cantabra*, Santander.
- Informação Arqueológica*, 1984, n.º 4; 1987, n.º 8; Lisboa.
- JORDÃO (Levy Maria), 1859, *Portugalliae Inscriptiones Romanas*, Lisboa.
- KAJANTO (Iiro), 1965, *The Latin Cognomina*, Helsinki.
- , 1977, «The emergence of the single name system», *L'Onomastique Latine*, C.N.R.S., Paris, pp. 421-430.
- KEUNE, 1924-37, «*Vasecus*», *Ausführliches Lexicon der Griechischen und Römischen Mythologie*, VI, edit. K. Ziegler, Leipzig/Berlin, cols. 165 e 166.
- LEITE DE VASCONCELLOS (José), 1905, *Religiões da Lusitania*, II, Lisboa.
- , 1922, «Idées religieuses des Lusitaniens», *Revue Archéologique*, XVI, Paris—[reeditado in LEITE DE VASCONCELLOS, 1938, pp. 131-172].
- , 1938, *Opúsculos*, V, Lisboa.
- LE ROUX (Patrick) e FABRE (Georges), 1971, «Inscriptions latines du Musée de Coimbra», *Conimbriga*, X, Coimbra, pp. 117-130.
- LINCKENHELD (Emile), 1927, *Les stèles funéraires en forme de maison chez les Mediomatriques et en Gaule*, Strasbourg.
- MACHADO (José Pedro), 1984, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. III, Lisboa.

- MANGAS (Julio), 1978, «Religiones indígenas en Hispania», *Historia de España Antigua*, II, Edic. Cátedra, Madrid, pp. 579-611.
- , 1982, «Hispania Romana», *Historia de España*, 3.ª ed., Edic. Labor, Barcelona, pp. 197-446.
- MANTAS (Vasco Gil), 1985, «Dois novos miliários do territorio de Conimbriga», *Biblos*, LXI, Coimbra, pp. 159-179.
- MENÉNDEZ PIDAL (Ramón), 1951, «*Mars Cariociecus* y la etimologia de 'Quiroga'», *Boletim de Filologia*, XII, Lisboa [reeditado in MENÉNDEZ PIDAL, 1968, pp. 261-266].
- , 1968, *Toponimia Prerrománica Hispana*, Edic. Gredos, Madrid.
- MOUTINHO ALARCÃO (A.), MAYET (F.) e NOLEN (J. S.), 1986, *Ruínas de Conimbriga* (= *Boteiros da Arqueologia Portuguesa*, 2) I.P.P.C., Lisboa.
- MOUTINHO ALARCÃO (A.) e SÁLETE DA PONTE, 1984, *Coleções do Museu Monográfico de Conimbriga — Catálogo*, Coimbra.
- PATRÍCIO CURADO (Fernando), 1989, «As inscrições indígenas de Lamas de Moledo (Castro Daire) e do 'Cabeço das Fráguas', Pousafoles (Sabugal) : duas teogonias, diferente etnogénese?», *Actas do I Coloquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 349-370.
- PINHO LEAL (Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de), 1880, *Portugal Antigo e Moderno*, IX, Lisboa.
- POKORNY (Julius), 1959, *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*, vol. I, Bern/München.
- Proceedings of Society of Antiquaries of London*, 1849/53, sér. I, vol. II.
- SAA (Mário), 1959, *As Grandes Vias da Lusitania*, II, Lisboa.
- SANTOS (L.), LE ROUX (P.) e TRANOY (A.), 1983, *Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga*, Braga (separata de *Bracara Augusta*, XXXVII).
- SOLIN (Heikki), 1977, «Die innere Chronologie des römischen Cognomens», *L'Onomastique Latine*, C.N.R.S., Paris, pp. 103-146.
- STEUDING (H.), 1884/86, «*Bmervasegus*», *Ausführliches Lexikon der Griechischen und Bömischen Mythologie*, I, edit. W. H. Roscher, Leipzig, col. 788.
- THEVENOT (Émile), 1968, *Divinités et Sanctuaires de la Gaule*, Fayard, Paris.
- THYLANDER (Hilding), 1952, *Étude sur VÉpigraphie Latine*, Lund.
- TOUTAIN (J.), 1920, *Les Cultes Païens dans l'Empire Romain. Première Partie: Les Provinces Latines*, tom. III, Paris.
- TOVAR (Antonio), 1949, *Estudios sobre las Primitivas Lenguas Hispánicas*, Buenos Aires.
- , 1976, *Iberische Landeskunde*, II, Baden-Baden.
- TOVAR (Antonio) e NAVASCUÉS (Joaquín M.ª de), 1950, «Algunas consideraciones sobre los nombres de divinidades del oeste peninsular», *Miscelânea de Filologia, Literatura e História Cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho*, II, Lisboa, pp. 178-191.
- UNTERMANN (Jürgen), 1985, «Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas», *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Lisboa, 1980), Salamanca, pp. 343-363.
- VERGÍLIO CORREIA, 1972, *Obras*, IV — (*Estudos Arqueológicos*)—, Coimbra.

- VERGÍLIO CORREIA e NOGUEIRA GONÇALVES (A.), 1952, *Distrito de Coimbra* (= *Inventário Artístico de Portugal*, IV), Lisboa.
- VIVES (José), 1963, *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos*, ed. preparada com a colaboração de Tomás Marín Martínez e Gonzalo Martínez Diez, Barcelona/Madrid.
- , 1971/72, *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona (= *I.L. E.R.*).